Ano II
Num. 5
Fevereiro - 2007

Práxis

Corrente Marxista Revolucionária do P-Sol

Contra as reformas de Lula: Organizar a resistência

Política Nacional/2 - Metrô/6 - Bolívia/8 - Venezuela/11

TODOS ÀS RUAS CONTRA AS REFORMAS DE LULA

O segundo mandato de Lula começa bastante diferente do primeiro. Do ponto de vista super-estrutural, Lula inicia seu segundo mandato fortalecido pelo apoio de grande parte dos governadores e pela adesão das alas mais importantes do PMDB. Aproveitando-se desse fortalecimento, é muito provável que o governo Lula tente passar à ofensiva e imponha as reformas de cunho neoliberal que não conseguiu no primeiro mandato, devido à crise do mensalão. Estão ameaçados direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores, como: férias, décimo-terceiro salário, direito à greve e aposentadoria. Lula tentará aprovar uma nova Reforma da Previdência que aumentará a idade mínima da aposentadoria para 65 anos. Por sua vez, a reforma sindical, se aprovada, dará super-poderes a Centrais Sindicais - principalmente à CUT e Força Sindical, para passar por cima dos trabalhadores e assinar qualquer acordo que retire seus direitos - tornará crime fazer piquete e punirá com multas os sindicatos que fizerem greves "ilegais". A Reforma Trabalhista tentará transformar o custo da produção para facilitar a competitividade das empresas no mercado internacional. Na verdade, a Reforma Trabalhista já começou com a aprovação do Super-simples (desgraçadamente com o voto dos deputados do PSOL) que limita o poder de fiscalização do Estado sobre as micro empresas. No tocante às leis trabalhistas, na prática, se os empresários dessas empresas não cumprirem as leis trabalhistas nada sofrerão.

Diferente da reforma da Previdência de 2003, que atingiu basicamente os trabalhadores do setor público, as reformas que estão em pauta atingem o conjunto dos trabalhadores. Por isso mesmo, existe no governo Lula certa crise de como fazer a reforma: de uma única vez ou de forma fragmentada. Independentemente de qual a tática que o governo Lula adote para os trabalhadores, a estes só resta se auto organizar de forma independente, unitária e pela base para derrotar mais essas medidas anti-operárias de Lula.

Contrariando o ditado popular, que no Brasil o ano só começar depois do Carnaval, a vida política já está a toda. Em menos de 15 dias tivemos três acontecimentos de certa importância. Primeiro, o acidente na obra de construção da Linha 4 do Metrô de São Paulo deixou claro onde leva a política implementada pelo governo estadual do PSDB e que conta com apoio de Lula, das chamadas PPP (Parcerias Público Privadas). O acidente que vitimou sete pessoas e destruiu uma dezena de casas enterrou também o mito da eficiência do setor privado. Logo em seguida Lula anuncia o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que tem como objetivos aumentar o lucro dos grandes grupos empresariais do país, arrochar ainda mais os salários do funcionalismo público e dos trabalhadores e aposentados que recebem salário mínimo.

Por último, mas não menos importante, está a eleição da Câmara de Deputados, onde os três candidatos apresentados representam o mesmo projeto de país, ambos têm em suas costas a defesa de medidas anti-operárias. Tanto Aldo como Chinaglia são defensores do governo Lula, tendo votado em todas as propostas de ataque aos trabalhadores. Já Gustavo Fruet é o candidato da oposição de direita, estando comprometido com a política que dominou o Brasil nos oito anos de governo FHC. Tão pouco o chamado "grupo dos 30", no qual nosso partido se integrou de forma totalmente equivocada, é uma alternativa real à política do governo e dos patrões, estando presente figuras que sempre contribuíram nos ataques aos trabalhadores.

Agora resta ao conjunto do movimento dos trabalhadores e da juventude também iniciar o calendário de lutas de 2007. Temos que desde já organizar nossa resistência, discutindo com cada companheiro da fábrica, da escola e do bairro o significado dos ataques e a possibilidade de resistência. Definitivamente, 2007 não será como o ano que passou!!!

Todos às ruas!!!

SEGUNDO MANDATO: MAIS DO MESMO

Lula anunciou no dia 22 de janeiro, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com luz e fogos de artifício, como se esse plano fosse capaz de fazer o país entrar em um ciclo de crescimento econômico. Vale lembrar que nosso país tem tido um dos menores índices de crescimento de toda a América Latina nos últimos anos. Na verdade o PAC não traz nenhuma novidade em relação ao seu primeiro mandato: lucro para a grande burguesia e miséria para os trabalhadores em geral e para os servidores públicos em especial, que com o PAC terão um arrocho salarial por 10 anos. Com a falácia de fazer crescer o país, o governo Lula está preparando mais uma onda de privatizações via **Parcerias Público Privadas (PPPs).**

Lula, através do PAC, anuncia um investimento de R$ 503,9 bilhões a serem empregados basicamente em infra-estrutura, o que possibilitará aumentar as exportações, com as quais se pretende pagar mais juros aos bancos. Além disso, o PAC vai garantir isenção de impostos às empresas de setores como maquinário, construção civil e equipamentos, o que significa abrir mão de milhões de reais por ano que poderiam ser investidos em saúde e educação, por exemplo. Ou seja, o PAC se propõe eliminar os "gargalos" da estrutura de transporte e diminuir o custo de produção dos empresários.

Como em outras ocasiões, Lula age com a lógica burguesa e a serviço do grande capital: aumentar o crescimento da economia apoiando as empresas e os patrões em detrimento dos trabalhadores, exatamente como fez FHC em seus oito anos de governo.

Essa política tem dois problemas centrais. Primeiro, que o crescimento da economia, caso aconteça, não significa de forma alguma melhoria das condições dos trabalhadores e do emprego, uma vez que a ociosidade produtiva na indústria é significativa. A segunda, como tem demonstrado as diversas tentativas de fazer crescimento via iniciativa privada, tem dado com os burros n'água. O fato é que nos últimos 20 anos o crescimento da economia é irrisório.

Se para a burguesia o PAC é generoso, para os trabalhadores representa mais um ataque do Governo Lula e dos patrões. Se o governo vai "abrir mão" de impostos das empresas é claro que vai compensar com mais um arrocho sobre os funcionários públicos e os aposentados/pensionistas. Segundo o PAC, entre 2008 e 2023 o reajuste do salário mínimo será realizado com base no crescimento do PIB mais a inflação do ano. Ou seja, em 2008 o reajuste do salário mínimo seria menos de 3%. Utilizando-se essa regra, no fim desses quinze anos, o mínimo seria na verdade um salário totalmente insuficiente, piorando muito a situação que já é terrível.

Para os trabalhadores do serviço público a situação não é melhor. O PAC propõe que os reajustes salariais não podem ultrapassar 1.5% descontada a inflação.

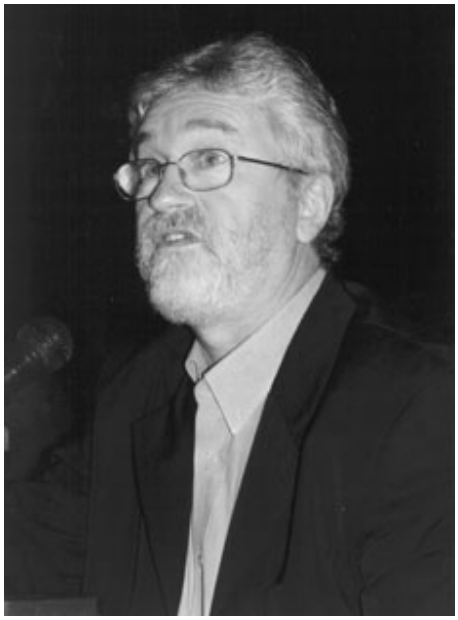
Se fosse verdade que arrocho salarial levasse ao crescimento da economia teríamos obtido um crescimento vertiginoso durante os anos 90, uma vez que a classe trabalhadora sofreu um brutal arrocho salarial nesse período. A realidade mostra o contrário, o que aumentou de formal vertiginosa foi o lucro das empresas, enquanto os próprios economistas burgueses classificam a década de 90 como a "década perdida".

Dormindo com o inimigo

No âmbito do PAC ainda está colocada a construção de um fórum de debates para elaborar a **terceira fase da reforma da Previdência.** Na verdade o governo tenta requentar o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), agora com o nome de **Fórum Nacional da Previdência Social**, que conta com a participação de empresários, do governo e das centrais sindicais pelegas (CUT, Força Sindical, CGT e CGTB). Foi esse mesmo FNT o responsável pela proposta de reforma sindical que hoje se encontra no Congresso Nacional e que, entre outras coisas, tira o poder da base dos sindicatos transferindo para as direções das centrais pelegas, inviabiliza a participação da base e criminaliza as greves e outras formas de lutas dos trabalhadores.

Em relação à Previdência Social, o governo Lula irá com tudo contra os direitos dos trabalhadores. O FNPS terá como objetivo tornar a Previdência "sustentável"; em outras palavras isso quer dizer conseguir que a Previdência Social tenha menos gastos. Para isso serão utilizados, ou melhor, aprofundados, dois mecanismos: o primeiro já falamos acima, o arrocho salarial sobre os aposentados e pensionistas; o segundo, é impedir ou dificultar ao máximo novas aposentadorias.

Já está claro que o governo tentará na próxima reforma da Previdência (a terceira nos últimos anos) aumentar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos. Essa medida, se implementada, levará os trabalhadores a terem de trabalhar até o fim da vida para tentarem a aposentadoria, isto é, se conseguirem viver e pagarem aposentadoria até os 65 anos. O déficit da Previdência é de responsabilidade dos empresários que todos os anos sonegam milhões de reais e do governo que também não repassa a sua parte à Previdência.



Não é possível defender os interesses dos trabalhadores participando de um fórum como o FNPS que reúne em seu seio, além das centrais sindicais pelegas, as Confederações Nacionais da Agricultura, dos Bancos, do Comércio, da Indústria e do Transporte; há também a participação do Ministro da Previdência que presidirá o fórum tendo poder de veto sobre o regimento e podendo nomear ou exonerar qualquer participante.

Na verdade, a CUT segue sua política de falar em nome dos trabalhadores enquanto dá sustentação ao Governo Lula e sua política anti-operária. Se não for derrotada, essa política levará a mais arrocho salarial e miséria aos trabalhadores e aposentados, enquanto vai encher mais os bolsos dos banqueiros e da burguesia.

SEGUNDO MANDATO: A HISTÓRIA CONTINUA

Logo após o segundo turno das eleições, um setor do próprio governo saiu a comemorar o que seria o fim da "época Palocci" e das políticas conservadoras; no dia seguinte, Lula deu entrevista negando a tal "época Palocci" e assumindo para si a responsabilidade da política econômica. O PAC vem provar que o tal fim da "época Palocci" não passou de um sonho de uma noite de verão, pelo contrário, os pressupostos do atual plano estão contidos no que Palocci vinha defendendo há algum tempo. Porém, o PAC é muito mais pretensioso, é apenas a ponta do iceberg de uma série de reformas que estão programadas. Exemplo disso são as reformas sindical, trabalhista, universitária e política.

Se no terreno econômico Lula segue a política de privilegiar a burguesia e atacar os trabalhadores, no campo político segue aprofundando a política de aproximação dos setores mais à direita, cuja maior expressão é o **Governo de Unidade** composto pelo PMDB. Não restam dúvidas, se o primeiro mandato já era risível com o argumento de Governo em disputa, no segundo mandato -que será ainda mais à direita e um governo de ataques- só resta a todos que se reivindicam pertencentes ao mundo do trabalho a tarefa de enfrentar as reformas de forma cabal e inequívoca.

TODOS ÀS RUAS

Cabe ao conjunto dos partidos, correntes, organizações e ao movimento social construir a mais ampla unidade para que juntos possamos enfrentar os ataques que já se iniciaram com a aprovação do Super-simples e agora com o PAC serão intensificados. Não podemos repetir os erros que foram cometidos durante o auge da crise do mensalão, onde a divisão dos setores da esquerda antigovernista, naquele momento organizados em torno da Conlutas e da Assembléia Popular de Esquerda, dificultou a ação independente por parte dos trabalhadores.

Hoje infelizmente a esquerda sindical continua divida em duas organizações, a Conlutas e a Intersindical, hegemonizadas respectivamente pelo PSTU e pelo PSOL. **Práxis** tem dito em mais de uma ocasião que essa divisão organizativa enfraquece o conjunto dos trabalhadores e que só representa uma disputa mesquinha por aparato, sendo que ambas são extremamente minoritárias se comparadas à CUT. Para superar essa divisão (responsabilidade de ambos os setores) propomos a realização urgente de um **encontro nacional conjunto contra as reformas do governo**, que reúna o conjunto da vanguarda eleita em assembléias de base nos sindicatos e entidades da juventude.

Esse encontro nacional teria como tarefa aprovar um plano nacional de lutas contra o governo Lula e seus ataques aos trabalhadores, que parta de reuniões e assembléias nas fábricas, locais de trabalho, estudo ou moradia, que passe pela realização de passeatas nos estados, passeata nacional centralizada e mesmo paralisações de categorias e fábricas.

Nós do **Práxis** estamos empenhados em dedicar o melhor de nossos esforços a serviço da realização desse encontro e da luta contra o governo Lula e sua política de ataques aos trabalhadores.

Acidente do Metrô-SP: Crônica de uma tragédia que poderia ter sido evitada

No dia 12 de janeiro, no meio da tarde, São Paulo e o mundo viram ser tragados por uma cratera de 80 metros de diâmetro e por um túnel escavado onde será a Estação Pinheiros da linha 4, caminhões, micro-ônibus e a vida de sete pessoas. Este acidente foi o fato maior dentre uma série de problemas que já vinham ocorrendo na execução das obras, deste que seria o maior legado do governo tucano de Alckmin. Este acidente trouxe à luz do dia tudo o que existe de nefasto na política neoliberal de privatizações e parcerias público privadas (PPP´s) exigidas pelo FMI, em nome de uma maior eficiência e transparência na aplicação do dinheiro público.

sobre as atividades exercidas por essas empresas. No caso específico do Metrô, o sindicato dos metroviários há muito vinha denunciando os termos desta PPP, que por onde se olhe somente traz prejuízos ao povo trabalhador paulista, a começar pelo processo de operação das linhas - onde a empresa concessionária investirá apenas 1/3 do capital necessário (o governo do Estado entra com os outros 2/3) - até a forma criminosa com que a Companhia do Metropolitano, e o Governo do PSDB, desmobilizaram setores inteiros da empresa para poder repassar todo o processo de construção da via – desde o projeto até a contratação da própria fiscalização – em que até o seguro contra

construção que é mais rápido e barato, porém, como bem demonstrou a tragédia, mais perigoso também. Se no trecho da obra entre as estações Luz e Faria Lima, localizada na região de Pinheiros, fosse utilizado o método mais seguro, ou seja, pelo chamado "tatuzão", o custo seria de aproximadamente R$ 79 milhões segundo dados do próprio governo, já se utilizando o método de explosão o custo foi barateado em muito. Sem falar que se utilizando o tatuzão a obra só terminaria depois das eleições, impedindo sua possível utilização com fins de angariar votos para o candidato tucano.

Para muito além do debate político que a esquerda vem tendo desde o primeiro governo FHC contra a transferência descarada de dinheiro para o capital privado, através das políticas de venda do patrimônio do Estado a preços irrisórios e financiados pelo próprio governo, através do BNDS, a realidade acrescenta inúmeras denúncias de corrupção e falta de controle e fiscalização

acidentes na obra é feito pela seguradora de uma das empresas do consórcio construtor formado pelas empresas OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Correia. Aliás, as de sempre.

Na ânsia de terminar as obras do metrô antes das eleições municipais do próximo ano, se optou por um método de

Por uma investigação independente

Assim como não podemos confiar que as raposas possam tomar conta do galinheiro, também não podemos confiar que o Estado seja responsável pelas investigações dos fatos que levaram ao acidente da Linha 4 do Metrô. O governo do Estado e a Prefeitura só estão interessados em desviar o foco de si.

Os órgãos envolvidos na fiscalização não possuem independência política e administrativa para levar a cabo essa investigação. Serra e Kassabe, além de Alckmin, são tão responsáveis pelas mortes e pelo prejuízo da população que teve suas casas atingidas, quanto as empreiteiras.
Mesmo o Ministério Público que sempre posa de independente não tem legitimidade alguma. Nos vários acidentes que já ocorreram, em nenhum momento se posicionou quanto ao prosseguimento das obras, mesmo quando um trabalhador morreu em serviço no ano passado.

Somente uma investigação independente, realizada por uma comissão composta pelo Sindicato dos Metroviários, pela CIPA, Sindicato dos Engenheiros e outras entidades representativas será capaz de ir até as últimas conseqüências. É preciso investigar as causas técnicas que causaram essa tragédia, entretanto não podemos nos esquecer dos responsáveis políticos desse fato e aí não podem existir meias palavras. Serra, Kassabe e Alckmin e sua política de privatização e de sucateamento da máquina pública são os responsáveis, tanto quanto as empreiteiras, e devem igualmente ser punidos política e judicialmente.

- Paralisação total e imediata das obras da Linha 4!
- Revogação da PPP: por um Metrô público que atenda os interesses dos trabalhadores!
- Investigação independente!
- Punição às construtoras envolvidas, confisco dos bens para ressarcimento das vítimas e do Estado!
- Redução do preço das passagens: por um transporte público de qualidade e a preços accessíveis!
- Por um Metrô controlado pelos trabalhadores e usuários!
- Fora Kassabe e Serra!

Pequena Crônica dos acidentes da linha 4

Apresentamos abaixo uma lista dos acidentes que ocorreram nas obras da Linha 4 do Metrô, antes do dia 12 de janeiro de 2007:

16/03/05: Três operários ficaram feridos após explosão no canteiro de obras da estação Butantã, provocada pela detonação de uma espoleta para implosão de rochas.
21/11/05: Um vazamento de gás paralisa as obras da estação Fradique Coutinho. O problema foi causado por uma escavadeira que danificou a tubulação da Companhia de Gás do Estado de São Paulo (Comgás).
02/12/05: Um funcionário que trabalhava na estação Vila Sônia foi atingido por uma barra de ferro e caiu em um poço de cerca de 27 metros. A vítima quebrou uma perna.
03/12/05: Uma casa afundou e a edícula de outra desabou por causa de uma infiltração de água nas escavações do Metrô entre as estações Faria Lima e Pinheiros. Outras três residências foram interditadas por medida de segurança.
06/12/05: A parede de uma loja, na avenida Cásper Líbero, caiu durante a demolição de um prédio vizinho, que dará lugar à estação Luz.
15/01/06: Cabos telefônicos foram atingidos quando técnicos que trabalhavam nas obras do Metrô faziam a medição do nível de água no subsolo próximo à estação Oscar Freire. Cerca de quatro mil casas ficaram sem telefone por três dias.
19/04/06: Uma fissura encontrada na parede de um túnel do Metrô provocou a interdição de oito casas na rua João Elias Saad, próximo à futura estação Oscar Freire.
03/05/06: Um corsa quase caiu em um buraco de aproximadamente 35 metros de profundidade aberto no canteiro de obras do Metrô próximo à estação Oscar Freire, depois de ser atingido por uma picape.
27/06/06: Um operário que trabalhava na obra da estação Fradique Coutinho foi atingido por um deslizamento de terra. Ele ficou parcialmente soterrado e foi levado ao Hospital das Clínicas com ferimentos leves.
03/10/06: O operário José Alves de Souza morreu soterrado depois de um desmoronamento em um túnel de 25 metros de profundidade na estação Oscar Freire. Outro operário sofreu escoriações e foi levado ao Hospital das Clínicas.

Luta nas alturas e transbordamento popular na Bolívia

Rebelião em Cochabamba

Uma notícia sacudiu a América Latina: a formação de um 'Governo Revolucionário surgido da base da cidade de Cochabamba', como resposta às provocações do prefeito de direita, Manfred Reyes Villa. A mobilização popular depôs um prefeito, ainda que de maneira efêmera, como expressão da luta popular. Evo Morales, imediatamente, como já era de se esperar, desautorizou e condenou essa ação, utilizando o argumento da "legalidade do prefeito eleito democraticamente".

Embora as águas tenham se acalmado provisoriamente, estes acontecimentos são sintomáticos **de que a experiência com o governo de Evo Morales já começou.** Os limites e contradições de seu projeto reformista se tornam cada vez mais evidentes, o que torna necessário extrair as conclusões. A nosso ver, a principal conclusão que podemos tirar é a **necessidade da independência de classe ante o governo de frente popular.**

Um ano já se passou desde que Evo Morales assumiu o poder com uma maioria contundente. Seguramente, aquele dia 22 de janeiro de 2006 será recordado por muitos como o dia da assunção do primeiro presidente indígena, que vinha com a promessa de mudar a Bolívia de 500 anos de domínio e opressão, semeando grandes expectativas e ilusões populares.

Um ano depois, o panorama é **distinto.** Embora seja um fato que o governo Evo conserva um grande apoio popular, o **país se encontra hoje polarizado, dividido política e socialmente.** Isto tem sido produto da política de Evo de pactuar com a direita, desmobilizar, dividir e enfrentar os trabalhadores e as massas. O ano de 2006 tem sido um ano de acumulação de contradições para o governo de Evo. A **Assembléia Constituinte**, sua principal aposta política, junto com a nacionalização do Gás, tem se convertido em **um ringue de disputas entre o governo e a direita**, **sua crise constitui o pano de fundo dos acontecimentos de Cochabamba.**

RUPTURA À ESQUERDA DO GOVERNO

Os fatos revolucionários ocorridos em Cochabamba se somam a um cenário nacional complicado para o Governo Evo, que se encontra atolado na sua principal política, a Assembléia Constituinte. Após ter pactuado com a direita de Santa Cruz de la Serra o mecanismo de dois terços para a aprovação das emendas constitucionais -o que de fato paralisou a Constituinte- Evo tenta agora passar por cima do acordo com os cruceños, aprovando as leis de seu interesse com maioria simples dos votos. Isto gerou a reação de uma direita mais fortalecida pelas concessões que o próprio Evo fez.

Embora a situação política de Cochabamba atravesse um momento de **impasse –** conseqüência da política do governo que tem conseguido enclausurar os acontecimentos no terreno da "legalidade" burguesa, desconhecendo o efêmero governo revolucionário e ratificando Reyes Villa **–** os problemas de fundo da Bolívia em geral e de **Cochabamba em particular** seguem sem resolução, o que poderá causar novas tormentas.

É importante deixar claro como tem se desenvolvido os acontecimentos anteriores às jornadas de 16 de janeiro, já que os mesmos revelaram, por um lado, que foram a **justa resposta das bases trabalhadoras às provocações do fascista Manfred e expressão de esgotamento frente às saídas "democráticas" do governo frente-populista de Evo**; por outro lado, mesmo que em pequenas dimensões e de forma efêmera, foi a primeira experiência pela esquerda contra a política de conciliação de Evo.

PROVOCAÇÃO E REAÇÃO POPULAR

No dia 11 de dezembro o ultradireitista Manfred, prefeito do Departamento de Cochabamba, convoca uma passeata e concentração para o dia 14 de dezembro com o objetivo de defender a "democracia". Esta provocação encontra seu fundamento na forma em que deveria ser aprovada a nova Constituição, ou seja, se com o apoio de 2/3 dos constituintes ou com maioria simples.

Encorajado pela convocatória conseguida em 14 de dezembro, anuncia diante de um "*Cabildo*" reacionário a realização de um "referendo autonômico". Em resposta se produzem os primeiros enfrentamentos.

Já no dia 19 de dezembro, grupos de policiais dirigidos pelo prefeito atacam trabalhadores e camponeses que se encontravam na praça principal exigindo a saída do prefeito. Novamente a resposta não demora, sendo um policial atingido por um explosivo. No dia 20 de dezembro se conforma um *Cabildo* do Povo no qual se ratifica o pedido de saída do prefeito.

Em 04 de janeiro, uma nova passeata se realiza na cidade, ao mesmo tempo em que os trabalhadores permanecem em vigília na porta da prefeitura e se determinam bloqueios de estradas nas rodovias de todo o Departamento; ao mesmo tempo somam-se cocaleiros. No dia 08 a situação fica ainda mais tensa e, nas primeiras horas da tarde, setores populares insistem em tomar a prefeitura, ao mesmo tempo em que vão se intensificando os bloqueios de estradas.

A cada ação da direita instalada no Comitê Cívico a população toma uma contra medida. Até chegarmos ao dia 11 que ficará na memória de muitos como o dia mais sangrento. Nas primeiras horas do dia se dão os primeiros choques na zona norte da cidade. A polícia arma cordões de isolamento para impedir enfrentamentos. Cerca de 5000 pessoas da organização "fascistoide" *juventude pela democracia*, junto com um grupo de mercenários vindos de Santa Cruz, rompem o cerco policial levantando a consigna de "recuperar a praça", ocupada pelos camponeses. Horas depois é assassinado o companheiro cocaleiro Juan Tica Colque. O ódio e a indignação tomam conta dos cocaleiros que com todo o direito justiciam um jovem direitista.

OS SUCESSOS REVOLUCIONÁRIOS DE 16 DE JANEIRO

No dia 16 de janeiro um *Cabildo Abierto* no qual participaram camponeses cocaleiros, trabalhadores, estudantes e setores populares produziram um fato revolucionário: destituíram o prefeito Manfred e obrigaram o Conselho Departamental (espécie de Assembléia Legislativa) a nomear um novo "Governo Departamental Revolucionário". A proposta foi inicialmente convocada, organizada e impulsionada pelo governo de Evo com o objetivo de deter o avanço da direita, porém sem chegar a derrotar Manfred, muito menos romper com a oligarquia (Econoticiais, 17-01). Sem dúvida, este objetivo se viu ultrapassado, produto da duríssima repressão por parte da polícia e a atuação dos bandos fascistas.

As bases trabalhadoras se reuniram no *Cabildo* com a intenção de tirar à força o prefeito Manfred, indignadas com o apoio público que esse prefeito fascista havia dado à oligarquia do Oriente. Manfred tentou fazer com que Cochabamba se inserisse no cenário da direita boliviana que hoje dirige os Departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. Entretanto, com a pressão exercida pelo *Cabildo*, obrigou o Conselho Departamental a vetar Manfred e nomear um novo Governo que baseava sua legitimidade nas bases de trabalhadores mobilizados nas ruas e organizados no *Cabildo*.

Frente a esses fatos, **o governo de Evo saiu imediatamente a desconhecer, rechaçar, boicotar e condenar o novo governo surgido da base.** A defesa do "Estado de Direito" por parte de Evo se concretizou nas palavras de Linera, o vice-presidente, que saiu a defender Manfred de - maneira envergonhada- por esse ter sido eleito pelo "voto democrático". Conjuntamente com argumentos legalistas, **o governo Evo se apressou a instar a todos os movimentos sociais leais que retornassem a seus lugares de origem, minando dessa maneira as bases do novo governo.**

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO COMO PRECEDENTE

Embora a "existência real" do Governo Revolucionário de Cochabamba não tenha ido além de boas intenções, sua importância radica na imensa prece-

dência que deixa assentada. Ao nosso modo de ver, o valor que tem a experiência do Governo Revolucionário surgido pela base reside **em mostrar um caminho oposto e alternativo ao que propõe e defende Evo para enfrentar a direita: a mobilização; colocando de pé organismos de poder dos próprios trabalhadores se for necessário.**

As permanentes capitulações do Governo de Evo frente à oligarquia, como demonstra a Lei Convocatória da Assembléia Constituinte, permitindo a possibilidade de veto, não têm resultado que não seja **permitir o ressurgimento com força de uma direita que após as jornadas revolucionárias de outubro de 2003 e maio / junho de 2005 estava praticamente morta.**

Os trabalhadores, cansados do fortalecimento da direita propiciado pelo Governo de Evo, igualmente fartos da sua política reformista e legalista, deram importantes passos em um caminho distinto: **a organização independente, por baixo, na rua, de forma direta.** Esta organização não só tem servido para impulsionar a destituição do prefeito e, mesmo que de maneira efêmera, a nomeação de um "governo do povo".

Impasse

O momento político atual é de impasse. A existência real do Governo Revolucionário foi muito efêmera e seu lugar foi assumido de fato pelo Conselho Departamental presidido pelo atual vice-prefeito Johnny Ferrel. Fechando assim a possibilidade de que se produzisse um vazio de poder. Sem dúvida, a questão de fundo **não está resolvida**, já que nenhum dos três caminhos possíveis tem ido até as últimas conseqüências, ou seja, imposto até agora.

O caminho do Referendo Revogatório proposto pelo governo Evo está prejudicado, uma vez que não conseguirá ser aprovado no Senado, onde a direita tem maioria. Por sua vez, Manfred não consegue reassumir suas funções, embora formalmente não tenha renunciado e tem dado demonstração que pretende voltar ao governo de Cochabamba. O terceiro caminho é o das mobilizações como as do dia 16.

DEPOIS DE COCHABAMBA, EL ALTO

O precedente assentado é muito importante e se apresenta como um exemplo para o resto dos trabalhadores da Bolívia. Aqui reside a grande importância dos acontecimentos de Cochabamba. Atualmente a situação que deu origem aos sucessos de Cochabamba parece estar se repetindo em menor escala em La Paz e El Alto, onde os trabalhadores estão exigindo a renúncia do prefeito. Neste marco, no dia 22 de janeiro se realizou um *Paro* Cívico liderado pelas juntas de vizinhos de El Alto que teve grande participação, embora não tenham se mobilizado até a prefeitura.

POR UM CAMINHO INDEPENDENTE

Hoje, mais do que nunca, se faz necessário colocar de pé as reivindicações levantadas pela agenda de outubro, postergada uma e outra vez. Para isso é preciso **construir nosso próprio instrumento político, independente do Estado, seus partidos e suas instituições.**

Vários desafios estão colocados. O primeiro deles é manter-se firmes e não capitular às políticas capitalistas de Evo. O segundo é derrotar os intentos independencionistas da direita de Santa Cruz de La Serra. A terceira é lutar por uma verdadeira nacionalização do gás e por uma Assembléia Constituinte realmente democrática. A quarta é ir construindo de forma independente nosso próprio caminho, rompendo as disputas superestruturais entre o governo de Evo e a direita reacionária. Nesse sentido, a experiência de Cochabamba seguramente voltará à agenda em um futuro próximo.

Martín Camacho e Nacho Vargas (SoB Bolivia)

Nem expropriação da classe capitalista, nem liquidação do estado burguês.

No que consiste o "socialismo" de Chávez?

Por José L. Rojo
Socialismo o Barbarie, periódico, 25/01/07

Em 8 de janeiro, Hugo Chávez reassumiu pela terceira vez a presidência da "República Bolivariana da Venezuela", com numerosos e impactantes anúncios. Os jornais e cadeias de televisão do mundo destacaram seu juramento pela "Pátria, Socialismo ou Morte", além das medidas enquadradas em uma suposta "via venezuelana ao socialismo".

Sem dúvida, o fato de que um presidente jure pelo "socialismo" não pode deixar de ter um enorme impacto, além de expressar simbolicamente uma enorme mudança do clima político, no que diz respeito à década de 90, marcada pela ofensiva neoliberal pura e dura e com a suposta morte do socialismo. Desde este ponto de vista, **Chávez não deixa de cumprir certo papel "progressivo", apesar de tudo, ao voltar a instalar e reinstalar, regional e inclusive mundialmente, o debate sobre o "socialismo".**

No entanto, o que importa é decifrar o **sentido real** das medidas tomadas, para além da retórica. Aqui o "progressismo" chavista se converte em seu contrário: **manutenção estratégica da classe capitalista e seu Estado**, se bem que de uma maneira "reformada". Porque, como pede o verdadeiro método científico, as pessoas (e mais ainda os presidentes, por mais "esquerdistas" que se apresentem) não se medem pelo que **dizem** de si mesmos, senão pelo que fazem de maneira efetiva: este é o único critério de avaliação materialista possível.

As medidas

Em sua posse, Chávez anunciou uma série de medidas: a mais impactante foi a das nacionalizações da Compañia Anónima Nacional de Teléfonos de Venezuela (CANTV), controlada até agora pela norte-americana Versíon[1] e da Empresa de Electricidad de Caracas (ELECAR, controlada por outra yanque, a AES), assim como passar ao sistema de empresas mistas (maioria acionária estatal de 51% e participação de multinacionais como Total, Exxon Móbil, Steteoil e ConocoPhilips, entre outras), a exploração das reservas da Faixa do Orenoco (imenso reservatório de petróleo pesado).

Mas, houve mais: a não renovação do contrato do canal RCTV, até agora nas mãos de Cisneros (um dos maiores empresários da Venezuela), que armou um escândalo internacional com o presidente da OEA (Insulza); o anúncio dos "cinco motores" para o desenvolvimento do "processo revolucionário" ("Lei das leis", "Reforma Constitucional", "Nova geometria do poder", "Moral e Luzes" e "Poder Comunal")[2] e o plano de reeleição indefinida. Intentaremos, a seguir, dar conta do **verdadeiro** significado deste pacote de medidas.

O reforço dos elementos de capitalismo de Estado

Começaremos nossa análise pela medida mais impactante: as nacionalizações. Partamos assinalando que a expropriação (segundo o que entende o autêntico socialismo) significa a liquidação de uma classe social, ou seja, não se trata somente de uma medida "econômica" (ainda que também o seja), mas se trata de uma medida **social**, que aponta para **a liquidação da classe burguesa, da classe que vive da exploração da classe trabalhadora.** Chávez se orienta até a expropriação da burguesia (como crêem muitos esquerdistas com brilho nos olhos)? Com certeza não: **não é para esse lado que ele vai,** apesar de suas justas diatribes contra o "capitalismo".

A estatização da principal empresa telefônica da Venezuela[3], da empresa de eletricidade de Caracas e a busca de maioria acionária para exploração da Faixa do Orenoco significam passos do tipo "nacionalistas" (ou se preferir-se, "anti-imperialistas"), que estreitam as margens de manobra de setores do imperialismo no país (sobretudo o yanque) e amplia as do Estado venezuelano. Porém, nada tem a ver com acabar com o capitalismo ou dar poder aos trabalhadores: o que se busca é **ampliar as bases de sustentação do capitalismo de Estado nas quais se apóia o governo chavista**, e que se pretende reforçar como parte fundamental desta inauguração de terceiro mandato. [4]

Do que estamos falando quando nos referimos ao capitalismo

de Estado? No fundo, de algo muito simples: não se trata de nenhuma forma de "socialismo", senão da passagem de empresas privadas às mãos do Estado burguês, quer dizer, de **empresas que seguirão funcionando segundo critérios capitalistas de exploração do trabalho e dos lucros** (ainda que façam algumas concessões a seus trabalhadores).

A estatização de determinas empresas em países semi-coloniais pode expressar uma ação "soberana" de determinados governos e, como tal, **a defendemos frente ao imperialismo.** Mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de sublinhar que esta estatização chavista **é uma nacionalização burguesa**, visto que vai **indenizar seus donos capitalistas com dólares constantes e sonantes**. Paralelamente a isso, tudo acontecerá sem abrir uma única porta ao controle dos trabalhadores sobre as empresas. Chávez tem repetido mais de uma vez: "nas empresas "estratégicas" manda o Estado". Entretanto, **num socialismo autêntico é ao contrário**: nas empresas "estratégicas" **deve mandar o poder democrático e auto-determinado dos trabalhadores.**

Tudo isso envolve problemas de **conteúdo social**: além de não se tratar de uma expropriação da classe burguesa como tal e, nem sequer, de tudo o que foi "privatizado" (e era antes estatal) [5], é evidente que o **controle da produção e, sobretudo, o manejo das rendas e dos lucros** acabaram em mãos de funcionários do Estado, e NÃO dos trabalhadores. Funcionários que estão unidos por mil fios aos próprios burgueses e que são manejados com os mesmos critérios capitalistas deles.

Daí que não seja casual que a Venezuela viva reiteradamente atingida pelo flagelo da "corrupção", um dos elementos mais fortes na crítica das massas ao próprio chavismo. Por outro lado, destinar a bagatela de quase 3 bilhões de dólares para indenizar os mesmos empresários que vem há anos chupando o sangue dos trabalhadores e dos recursos naturais do país, sendo que aos quais já se pagou 100 vezes o investimento inicial do capital, outorga à estatização um caráter inteiramente **burguês.**

No mercado capitalista, as mercadorias, como as empresas, se compram e se vendem: isso é parte das leis do próprio capitalismo. Sem falar do escândalo de destinar os recursos do Estado de uma maneira **improdutiva**, que não agrega um centavo de inversão real, nem serve para melhorar o nível de vida e dos salários dos trabalhadores.

"Democracia" plebiscitária e bonapartismo "caribenho"

Chávez não busca expropriar a classe capitalista. Tampouco acabar com o Estado e o regime que hoje lhe é próprio: a democracia burguesa. No entanto, se tem encarado verdadeiras reformas do Estado para poder adiantar o tempo do deslocamento da chamada IV República e fazer um regime mais legitimado e ajustado a suas necessidades de utilização e controle das massas populares. Controle que agora se busca **reforçar**.

Assim, no discurso de posse, Chávez assinalava que seu governo devia: "aprofundar a democracia revolucionária, que isso é socialismo. O socialismo não está em luta (...) com a democracia. Não, não! Uma das colocações de Karl Marx é precisamente a da **ditadura do proletariado: isso não é viável para a Venezuela nestes tempos; não: democracia, democracia popular, democracia participativa, democracia protagônica**" (Hugo Chávez, "Discurso sobre o partido único", www.aporrea.org).

Aqui existe – deliberadamente – um trabalhoso jogo de palavras: porque a "ditadura do proletariado" de que falava Marx (e Chávez o sabe), era precisamente a Comuna de Paris: que nada tem a ver com as caricaturas burocráticas do estalinismo, senão da mais ampla democracia dos trabalhadores em suas organizações próprias a partir da destruição do Estado burguês. Mas Chávez, obviamente, não quer saber nada disso, por isso se apóia no desprestígio dessa formulação.

O instrumento que se encontrou para por em pé um regime político na medida certa, é a apelação constante ao **mecanismo plebiscitário**. Ou seja, dirigir-se às massas quase sem mediação para **fazer-se ratificar mais de uma vez,** e por esta via, erigir-se em árbitro "benigno e ilustre" dos interesses sociais desde cima (em última instância, em benefício da classe burguesa como um todo). Daí, também, que pretenda a reeleição indefinida. No marxismo isto se chama "bonapartismo", em todo caso, estamos frente ao exemplo de um "simpático" bonapartismo caribenho.

Precisamente há um século e meio, o próprio Marx havia criticado o caráter plebiscitário de Luis Bonaparte na França, que buscava apoiar-se nos camponeses para impor condições à própria burguesia enquanto, no fundo, governava para esta e não para os próprios camponeses, ainda que fizesse concessões.

Mas o regime do plebiscito permanente **não significa autêntica democracia dos trabalhadores e popular.** Ou seja, **não significa que estes governam através de organismos ou organizações que lhe são próprias e que constituem seus próprios órgãos de poder.** Significa, simplesmente, que se apoiando em uma instituição burguesa, o voto secreto e universal (sem esquecer das forças armadas, o outro grande ponto de apoio a que Chávez acaba de batizar como "bolivarianas"), **se busca que o eleitorado ratifique o que já havia sido previamente resolvido nas alturas do poder.**

Daí o pedido da "Lei Habilitante" e o impulso de novas reformas constitucionais, inclusive sem a convocação de nova Assembléia Constituinte, assim como o chamado de um nono Referendum, na segunda metade do ano, para ratificar a reforma constitucional e as convocações às eleições que virão, **nas quais o anunciado PSUV ("Partido Socialista Unido da Venezuela") está chamado a cumprir um papel essencial.** [6]

É neste marco que se devem considerar as medidas chamadas de "explosão do Poder Popular". Não casualmente, estas colocações têm uma base exclusivamente **territorial:** dos locais de trabalho e da classe trabalhadora como tal, **não escutou uma só palavra.** Ao mesmo tempo, NÃO se trata da generalização de uma experiência surgida "de baixo" pela livre criação própria das massas populares, senão uma ilustre "invenção" "de cima" realizada pelo "soberano" e "pedagogo" Chávez.

Estas medidas se apresentam, ademais, não como a base de um novo Estado ou de um novo poder estatal, senão de maneira reformista, **como um poder entre outros:** junto com os tradicionais "poderes" da democracia burguesa (executivo, legislativo e judiciário), o poder eleitoral e o cidadão (agregados pela reforma constitucional de 99) aparece um "sexto" poder: "o Poder Comunal". Em síntese: **um Estado e um regime evidentemente reformados, mas que se apóiam nos mecanismos plebicitários e não de autêntico poder operário e popular.**

Romantismo e cristianismo "socialista"

As medidas de Chávez, então, têm por objetivo o **fortalecimento de suas bases de sustentação material e de controle das massas populares.** Mas este reforço não contém somente medidas "econômicas" (a ampliação do capitalismo de Estado) ou "políticas" (Lei Habilitante, Reforma Constitucional, etc...), senão, também, incorporou outras de tipo "romântico" ou "utópico": nesta categoria entram as anunciadas como "Geometria do Poder", "Moral e Luzes" e outras.

Neste giro romântico "socialista" e até "cristão" [7] (não casualmente, os recentemente empossados Ortega e Correa andam pela mesma senda...) se percebe: se não aponta para a real expropriação dos capitalistas e à liquidação da lei do valor; se o que se pretende não é acabar com o Estado burguês, mas reformar a democracia burguesa, não resta outra alternativa (para dar um "verniz" socialista) que impulsionar medidas do tipo "romântico" que

dão uma "disputa" no que tange às bases do poder material burguês (que são, em última instância, as do próprio Chávez). Isto se traduz em anúncios altissonantes, mas que se perdem "no ar", sem bases materiais sólidas. [8]

Deste romantismo e utopismo [9] damos conta, por exemplo, o que se diz sobre a "Geometria do Poder": "Creio que é uma boa idéia, vou requerê-la como **inventiva**. Me ocorreu, para **acelerar o tempo** (Toni Negri o diz) e quero dizer que o Poder Constituinte passa acima do espaço e do tempo e o converte em multitude (*sic)*. Temos que criar um novo sistema de território, de cidades federais ou territórios federais. É possível em alguns lugares, em cidades que já existem... revisar as condições. Não pensar nos antigos territórios federais. **Não se trata de um capricho.** Se trata de marchar até o modelo socialista. Em um território federal X, a cidade X. **Por exemplo, de 10 kilometros a cada 10 kilometros.** Sobre esse território federal, concentremos esforços políticos e sociais até a Cidade Comunal, onde não faça falta a prefeitura, senão o Poder Comunal. Plantemo-lo na Constituição, no Regramento! **Voando em helicóptero nos inspiramos muito,** temos grandes espaços desabitados onde não há Estado. Temos que seguir falando disto com a esperança de que não se lhe ocorra como ao Poder Moral de Bolívar (...). **Cidades completamente novas,** como essas que tenho planejado na "orelha" do Orinoco. Vamos fazer cidades e territórios federais! Cidade federal, mais a frente Cidade Comunal, adiante a Cidade Socialista!' (Discurso de posse de Hugo Chávez, em www.aporrea.org, negritos nossos).

Este longo parágrafo do discurso de posse presidencial, foge em muito a um racional ensaio de planificação urbana ou rural e se aproxima demasiadamente do postulado errôneo dos utópicos que **pretendiam construir "ilhas socialistas" ao vento das determinações reais,** ao estilo dos *falansterios* de Charles Fourier da primeira metade do século XIX.

Neste contexto, não é de se estranhar que no discurso presidencial (e também no que se refere a criação do PSUV, do meio de dezembro de 2006) do sujeito social, de que NUNCA se fala é da classe trabalhadora. Resulta sintomático que se fale uma ou outra vez da população indígena (extremamente minoritária na Venezuela), do "socialismo indígena", do "socialismo bolivariano", até do "socialismo cristão autêntico na linha de Jesus de Nazaré", e que acabe praticamente ausente do discurso presidencial a classe trabalhadora (sujeito social por excelência da tradição autêntica do socialismo). Está claro: se trata de **uma classe social com um peso material evidente na vida do país, a qual se tratará de enquadrá-la burocraticamente com a cooptação da UNT e a criação do próprio Partido Socialista Unificado da Venezuela.**

A via venezuelana ao "socialismo"

Chávez faz um jogo de palavras em relação às experiências "socialistas" passadas e aos desafios do processo venezuelano. Nas experiências anti-capitalistas do século XX se apresentaram uma série de ensinamentos, assim como graves problemas e deformações. Também é um fato, que ao mesmo tempo em que se tiram lições das experiências de luta e ruptura com o sistema capitalista, nenhuma experiência pode ser uma "imitação" ou "cópia fiel" das do passado, negando a especificidade das condições concretas nas quais se desenvolve.

No entanto, a partir destes elementos de posicionamento metodológico elementar, Chávez produz jargões, uma lisa e plena **manobra** onde o que se acha ausente são as **lições universais** que se depreendem dessa mesma experiência do século XX (sintetizadas sobretudo pelo bolchevismo, pelo socialismo revolucionário e pelo trotskismo): que não há via "reformista" ao socialismo, por meio da democracia burguesa, que valha (como Allende e sua "via chilena ao socialismo") e que não há presidente, comandante ou burocrata que desde as alturas de seu palco, falando-lhe às 24 horas do dia, **possa substituir a ação auto-determinada e auto-organizada da classe trabalhadora com seus organismos e partidos.** É precisamente esse critério "pedagógico" do socialis-

mo "desde acima" o que já fracassou.

Nestas condições, o "socialismo" de Chávez (com tudo de pitoresco que se apresenta), termina sendo um **fiasco** completo: **não é mais que a soma do capitalismo de Estado com os mecanismos de plebicitação permentes e um "socialismo" romântico que não liquida o capitalismo nem dá realmente o poder aos trabalhadores.**

Para alcançar este último objetivo, haverá que se compreender que a solução conseqüente das tarefas que colocou o ciclo das rebeliões populares latino-americanos, não pode vir pelas mãos deste nacionalismo burguês do século XXI, senão da autêntica independência política e do poder da classe trabalhadora.

Notas:

*1. Não é demais recordar que o principal negócio telefônico na atualidade, a telefonia celular, permanecerá em mãos **privadas.***

*2. A chamada Lei das Leis, não é mais que o pedido de uma "lei habilitante" para poder impor estas medidas por **decreto** nos próximos 18 meses, assim como a reforma Constitucional (que NÃO é uma nova Constituinte) busca, entre outras coisas, declarar o gás propriedade do estado Venezuelano.*

3. A bem da verdade, há que se dizer que sua controladora, Versíon, estava numa avançada negociação para vender sua participação acionária ao empresário mexicano Slim. Em todo caso, agora este negócio se fará com o próprio Estado, que se antecipou a dizer, pela boca do ministro da economia chavista, que a empresa será "convenientemente" indenizada (fala-se em 2 bilhões de dólares).

4. Faz parte disso também a projetada medida de acabar com a autonomia do banco Central.

5. Chávez disse: "o privado, estatize-se"...mas já se comprometeu ante Kirchner em não tocar na siderúrgica SIDOR (onde trabalham nada menos que 14.000 trabalhadores), que foi privatizada em 1998 sob o governo de Caldera, comprada por 20% do valor real pelo grupo argentino Techint.

*6. Esta convocação chavista já abriu um intenso debate nas filas da esquerda na Venezuela e internacionalmente. Lamentavelmente, os dirigentes sindicais da C-CURA e do PRyS se apressaram em se manifestar "pela integração ao PSUV". Nos parece um gravíssimo erro, inclusive uma **capitulação**. Significa, a olhos vistos, a liquidação total do caminho que haviam tomado – muito inconsequentemente, pois não se pode esquecer o recente voto acrítico a Chávez – de independência organizativa e política em relação ao chavismo.*

7. Disse Chávez em seu discurso de 8 de janeiro: "Cristo é a imagem suprema do revolucionário, daquele que dá a vida por amor aos demais; o que vai a cruz pelos mais humildes, pelos mais pobres, pelos mais desamparados. Cristo, o redentor, o atormentado, o vilipendiado. Cristo crucificado e ressucitado. A Cristo, como símbolo revolucionário, dedico sempre minhas palavras, inspiração profunda do povo".

*8. A guisa de exemplo do que se trata este mecanismo idealista de "disputa" no terreno da economia, vejamos as afirmações do intelectual chavista Heinz Dietrich: "Qual seria então o passo decisivo do presidente Chávez? **Não é a estatização generalizada da propriedade privada** [Valha-nos Deus! – JLR], porque não resolve o problema cibernético (sic) do mercado. Não se fez no passado e não se faria hoje. O socialismo hoje em dia é essencialmente um problema de **complexidade tecnológica** (sic). Daí que o passo transcendental consiste em estabelecer uma contabilidade socialista (valor) ao lado da contabilidade capitalista (preço) no Estado, na PDVESA e nas cooperativas, a fim de construir um sistema econômico produtivo e de circulação **paralelo ao da economia de mercado capitalista**. A economia das entidades estatais e sociais pode caminhar passo a passo até a economia de valor e ganhar terreno ao circuito de reprodução capitalista, até movê-lo no futuro." (Rebelion, Cristina Marcano, www.aporrea.org, 02-01-07). Para além de que o socialismo não consiste no problema de resolver "informaticamente" a alocação dos recursos, senão que se trata do problema social de por o desenvolvimento das forças produtivas a serviço da superação das imposições (lei de valor) que tem como fonte o terreno da necessidade (e não o de organizar uma contabilidade "socialista" sobre a base deste mesmo miserável campo do capitalismo), **o problema essencial não pode consistir em montar um sistema econômico paralelo ao do capitalismo, senão, ineludivelmente, partir da expropriação dos capitalistas. Por não fazer-se isto, cai-se justamente no que estamos criticando: a "utopia reacionária" de pretender "disputar" a propriedade privada capitalista sem liquidá-la.***

*9. Deixemos assentado que na tradição de Marx e Engels (como tem assinalado Hal Draper) se resgatava dos antecedentes utópicos sua negativa de adaptar-se às condições do capitalismo. Ou seja, seu elemento **crítico** ao sistema que estava surgindo, enquanto criticava, com clareza, seus planos ao vento, sem bases materiais e completamente por acima. Para eles, **a classe trabalhadora era uma mera "vítima", e não um sujeito social vitalmente revolucionário.***

Nova edição da revista internacional Socialismo ou Barbárie

Número 20

Apresentação

Viva a heróica comuna de Oaxaca!

Editorial

A derrota de Bush e a Assembléia Popular de Oaxaca

América Latina

Situação Política

Nacionalismo burguês e frentepopulismo na América Latina, Roberto Sáenz

Brasil

Um balanço da reeleição de Lula, Márcio Barbio e Antonio Carlos Soler

Paraguai

A luta por um instrumento político dos trabalhadores, Marco Boltes

Bolívia

Para uma caracterização do governo Evo Morales, Lorgio Orellana Ailón

Oriente Médio

Reabre-se o debate programático sobre a Palestina, Roberto Ramires

Dossiê Argentina

Começa a experiência com Kirchner, José Luis Rojo y Marcelo Yunes

Bases e limites do "modelo K" , Marcelo Yunes

Emerge uma nova classe trabalhadora, José Luis Rojo

Debates

A atualidade da luta pelo socialismo, Eduardo Lucita, Cláudio Katz, Pablo Bonavena e Roberto Sáenz

Teoría

"O novo leviatam"- A vigência do estudo de Pierre Naville sobre os Estados "operários", apresentação de Roberto Sáenz

Salário mundial e trabalho mundial, capitulo de "O novo Leviatan" de Pierre Naville

Apontamentos sobre Hegel e o marxismo, Guilhermo Pessoa.

Encomende seu exemplar por práxis_psol@yahoo.com.br ou ao companheiro(a) que lhe passou esse jornal.